

ANÁLISE DO DISCURSO DOS DOCUMENTOS DO BANCO MUNDIAL E DA UNESCO SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

ANÁLISIS DEL DISCURSO DE LOS DOCUMENTOS DEL BANCO MUNDIAL Y LA UNESCO SOBRE LA INTERNACIONALIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR

Autora: Silmara Terezinha Freitas, Universidade do Oeste de Santa Catarina,
silmara.fisica@gmail.com

Co-autora: Maria de Lourdes Pinto de Almeida, Universidade do Oeste de Santa Catarina,
malu04@gmail.com

Co-autor: Diego Palmeira Rodrigues, Universidade do Oeste de Santa Catarina,
diegopalmeirarodrigues@gmail.com

Eixo: Internacionalização da educação superior

Resumo: A internacionalização da educação superior no século XXI se intensificou pela globalização, para atender aos desígnios de organismos multilaterais. Em documentos como UNESCO (2004) e Banco Mundial (2011) existem referências quanto à temática ser incorporada como identidade da universidade, uma rede cooperativa de troca de conhecimento visando expansão do conhecimento e da economia. O objetivo deste trabalho foi compreender a concepção dessas agências pela análise dos documentos que constituem sínteses e diretrizes para definição de políticas públicas para o ensino superior em vários países. Esse estudo justifica-se, porque na contemporaneidade a educação está servindo para responder aos interesses do mercado em um processo de mercadorização do conhecimento, e os documentos em questão mostram um movimento que apresenta um caráter humanitário, mas com a face do viés econômico atrelado. Trata-se de uma pesquisa de análise documental pelo viés da metodologia histórico- crítica. Consideramos que refletir sobre a temática a partir das recomendações internacionais para construções de políticas educacionais pode servir para instigar pesquisadores da área educacional, a analisar sobre como tais políticas possam ser usadas não apenas para o enquadramento no sistema capitalista mas para a emancipação humana.

Palavras-chave: Organismos Multilaterais; Internacionalização; Educação Superior.

Resumen: La internacionalización de la educación superior en el siglo XXI, intensificado por la mundialización, para satisfacer los deseos de los organismos multilaterales. En documentos tales como la UNESCO (2004) y el Banco Mundial (2011) hay referencias sobre el tema se incorporó como identidad de la Universidad, una red cooperativa de intercambio de conocimientos con el objetivo de la expansión del conocimiento y la economía. El objetivo de este estudio fue comprender la concepción de los organismos por el análisis de los documentos que son resúmenes y directrices para la definición de políticas públicas para la educación superior en varios países. Este estudio se justifica, porque en la educación contemporánea está sirviendo para satisfacer los intereses del mercado en un proceso de mercantilización del conocimiento, y los documentos en cuestión muestran un movimiento que cuenta con un carácter humanitario, pero con la cara del remolque sesgo económico. Es una investigación de análisis documental para sesgos de metodología histórica crítica. En nuestra opinión, reflexionar sobre el tema de las recomendaciones internacionales para las políticas educativas pueden servir a los investigadores educativos, analizar sobre cómo esas políticas pueden ser utilizadas no sólo para la el sistema capitalista pero para la emancipación humana.

Palabras clave: organizaciones multilaterales; Internacionalización; Educación superior.

Introdução

A internacionalização da educação superior é uma temática que no cenário nacional, se intensificou nos anos 1990 pela globalização e vem se destacando tanto em produções acadêmicas, quanto em investimentos por parte das políticas públicas educacionais, para atender aos desígnios de organismos multilaterais. Em documentos de organismos multilaterais (OM) existem referências quanto à temática ser incorporada à identidade da universidade, como uma rede cooperativa de troca de conhecimento com interesses compartilhados, visando disseminação do conhecimento produzido.

O **objetivo** dessa pesquisa é compreender a concepção dos organismos internacionais pela análise de seus documentos, os quais são usados como diretrizes para implantação de políticas públicas para o ensino superior em países em desenvolvimento – sendo a educação superior entendida como bem público e um direito humano e universal, e nesta perspectiva encontramos a faceta da internacionalização.

Trata-se de uma pesquisa de **análise documental**: UNESCO (2004) e Banco Mundial (2011) que tratam especificamente sobre as políticas de educação superior.

Internacionalização da educação superior no Brasil (UNESCO, 2004)

Um organismo multilateral, que atua na área educacional realizando eventos e afins, dos quais são originados documentos que expõe “recomendações” sobre reformas educacionais, é a UNESCO. Sua influência e atuação no Brasil, ocorre por meio de parcerias com o Estado e com o setor privado. É imprescindível ressaltar que, quando um país passa a adotar as medidas recomendadas pelos OM, o mesmo recebe financiamentos, sendo esse um dos motivos pelo qual acabam incorporando as orientações e aplicando as mesmas em diversas áreas de políticas institucionais, principalmente nas educacionais.

Relembrando o objeto do presente estudo, a internacionalização da educação superior, aponta-se que a temática se insere em escala mundial devido a sua conexão com a globalização e suas implicações de modo geral, presentes na universidade.

Examinando o site da agência, percebe-se a intenção da instituição em propagar um discurso com ideias que remetem à paz, coesão social e respeito mútuo entre as nações.

Deste modo, com o uso dessa linguagem humanitária, suas intenções mascaram-se no discurso emergente das necessidades sociais. Entretanto, parte-se da premissa de que as ações da UNESCO não são neutras, e, conforme Stallivieri (2004), sua atuação preferencial é a educação superior, por este setor educacional representar o fortalecimento e desenvolvimento do país, onde percebemos o interesse econômico sobreposto.

Na intenção de compreender esse discurso, relacionado à educação superior e aos processos de internacionalização no contexto brasileiro, analisa-se o relatório final produzido em 2004, intitulado *Internacionalização da Educação Superior no Brasil*. Todavia, é necessário entender o contexto histórico no qual este documento está inserido. Este documento é estruturado em 7 partes que se baseiam na concepção da UNESCO (2004) sobre o fenômeno da internacionalização da educação superior. O mesmo é dividido em sete capítulos: I Resumo executivo, II Introdução, III Internacionalização da educação superior, IV Novos provedores: o setor público e o setor privado como setores econômicos, V Políticas que incidem na internacionalização da educação no Brasil, VI Categorias de novos provedores e por fim VII Conclusões e recomendações.

Na parte inicial do relatório, a UNESCO destaca a internacionalização da educação superior como um fenômeno complexo e a conceitua como “uma denominação para a utilização plena das atividades de cooperação internacional entre diversas instituições educacionais em todo o mundo”. (UNESCO 2004, p. 14-15). Porém, de maneira sutil, salienta-se que é necessário entender a realidade do mundo dimensionado pelo processo da globalização, no qual os serviços educativos precisam ser levados em consideração para discussão e compreensão do comércio educativo que se expande pela faceta da internacionalização. Neste sentido, já no resumo executivo, observa-se que os elaboradores assumem um posicionamento economicista para a educação, quando mencionam que o relatório “focaliza essencialmente os aspectos referidos à comercialização dos serviços educativos no Brasil” (UNESCO, 2004, p. 5).

Para expor a legitimidade do processo de desenvolvimento do relatório, e que seu objetivo explícito está em demonstrar a realidade brasileira sobre a internacionalização da educação superior, os organizadores abordam que inicialmente a execução do estudo, foram mantidos contatos com órgãos do setor público e privado do Brasil, especialistas interessados no tema, pesquisas em bibliotecas virtuais e levantamento historiográfico das demandas legais relativas ao aspecto da interação universitária. Contudo, é expresso que a intenção do é demonstrar a internacionalização da educação superior como uma estratégia para o Brasil aumentar seu potencial econômico em cooperação internacional,

recomendando a expansão da educação superior e a melhor qualificação dos recursos humanos, ou seja, o documento deixa claro a associação da educação superior e da sua internacionalização com a formação profissional.

Entre as medidas de expansão da educação superior apresentadas, está a diversificação do sistema de avaliação, que, segundo a UNESCO (2004 p. 12), constituem uma base necessária para uma nova política educacional no país. No entanto, não encontramos, nessa transcrição, menção alguma sobre ações efetivas de internacionalização que favoreçam efetivamente o ensino público, apenas críticas e considerações sobre o aumento do número de matrículas no ensino privado, dado esse, que para a agência justifica o apoio estatal às instituições privadas.

Focalizando o processo de internacionalização nas IES, menciona que:

O estudo sobre a educação superior no Brasil, **focalizando o conjunto de processos de internacionalização**, contribui para uma aproximação com os complexos problemas da política de ensino superior e a identificação de princípios e estratégias que poderão executar **programas e legislações** com capacidade de reduzir as assimetrias e dar um sentido positivo a cooperação inter e intra-universitária de regiões, países e sociedades. Na atualidade, **o Brasil tem em pauta uma reforma do ensino superior e pressionado a mudar profundamente as universidades**, seus princípios éticos, **suas práticas** e seus modos de inserção **nas sociedades local, regional, nacional e internacional**. (UNESCO, 2004, p. 13, grifos nossos).

Considerando o exposto, compreende-se que o parecer estratégico da agência em desenvolver a internacionalização, não está na preocupação em fortalecer a dimensão política e social das IES brasileiras, mas, sobretudo, em tornar menos rígido o comércio e o consumo entre os continentes, no que tange aos serviços educacionais. Essa definição dada à aplicação da internacionalização, é exposta na medida em que o documento faz menção à comercialização dos serviços educacionais nas universidades, especificamente no terceiro capítulo, onde há reconhecimento de títulos e intercâmbio (especialmente na pós-graduação), fatores que representam ganhos reais para as instituições e para o país.

O capítulo quatro deste documento, trata da relação de parceria entre o setor público e privado, intitulando-se “Novos Provedores”. Percebe-se, neste caso, a intenção da agência em articular a educação e internacionalização por meio de parcerias com a iniciativa privada. Inicialmente, identifica-se críticas referentes ao ensino público, quando é afirmado que “universidades públicas, embora admitam a pressão do mercado, pretendem a proteção governamental, como forma de assegurar seu próprio mercado” (UNESCO, 2004, p. 25). Na sequência, para justificar tal afirmativa, são apresentados índices que comparam a disseminação da educação superior brasileira com outros países da América Latina, apontando falhas quanto às condições de oferta e acesso. Desta

forma, de maneira perspicaz, desresponsabiliza o Estado em reverter esse quadro, na medida em que são estabelecidas parcerias com o setor privado por conta da aceleração econômica e política.

Neste cenário de defesa à expansão da **educação** no setor privado, que caracteriza ainda mais a educação como uma mercadoria negociável, também são abordados os marcos normativos e as políticas incidentes na internacionalização da educação superior no Brasil. O texto sugere que as leis caracterizam a natureza das instituições brasileiras em públicas e privadas, como a Constituição Federal de 1988 e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996), deixando clara a influência do Estado sobre o setor público, de modo sutil, e em forma de parceria, sobre o privado.

A partir da exposição das leis que regulamentam o sistema educativo nacional, vale destacar a distinção e possibilidade de ações para internacionalizar as instituições públicas e privadas, a qual, segundo o documento, a legislação brasileira impõe restrições, tanto na flexibilização de recursos quanto na mobilidade internacional para as instituições públicas, motivo pelo qual, defendem a iniciativa privada.

Para não se caracterizar como um instrumento “perverso” de defesa da expansão da educação superior privada e de menosprezo as instituições públicas, o documento menciona a existência de um grande potencial no setor público, que contribui com o desenvolvimento da pesquisa e o avanço da pós-graduação (UNESCO, 2004, p. 47). Entretanto, existem expressivas desigualdades entre os diferentes segmentos sociais no sistema de educação superior no Brasil, e, por esse motivo, são necessárias novas políticas para reverter esse quadro de desigualdades.

No decorrer de todo o texto, vão sendo expostos gráficos comparativos que se estendem desde a criação das instituições de ensino superior a distribuição das mesmas pelo país, abrangendo a dimensão do corpo docente e também a distribuição de recursos nas universidades. Confirmando que o sistema privado está em expansão, tanto na maneira de gestão quanto na forma de internacionalizar o conhecimento.

Na parte final do relatório, onde estão presentes as conclusões e recomendações da UNESCO, novamente destaca-se a intenção de defender e recomendar o desenvolvimento do setor privado. Nas entrelinhas, percebe-se um menosprezo pelas instituições públicas, em outras palavras, a agência difunde a ideia de que, para manter e elevar níveis da educação superior para maior desenvolvimento econômico do Brasil, é necessário estabelecer condições, convergências e definições políticas para uma mudança radical do ensino, na qual ocorra a expansão cada vez maior de instituições

privadas e o aumento de matrículas em cursos superiores que sejam relevantes para o mercado de trabalho.

Privilegiando uma perspectiva economicista, destaca-se uma passagem que retrata claramente o posicionamento da UNESCO sobre a internacionalização da educação superior brasileira, e que determina reformas a ser implementadas:

As perspectivas futuras no Brasil dos 'novos provedores' estão relacionadas com mecanismos de regulação, isto é de definições legais e de políticas que permitam selecionar os institutos com perfil de estabelecimento de ensino superior, aptos a funcionar e a prestar serviços de qualidade. A reforma da educação superior necessitará dialogar com ambos setores e os grandes interesses econômicos que se posicionam favoráveis à mercadorização da educação superior. (UNESCO, 2004, p. 63).

O documento apresenta, ainda, que é necessário um diálogo entre o setor público e privado, pois, ambos estão sob a regulação da legislação federal relativa ao seu credenciamento. Desta forma, caracteriza-se o Estado-avaliador que intervém, controla, organiza e orienta para obtenção de resultados.

Para Afonso (1998, p. 113), a expressão Estado-avaliador significa importar para o domínio público, modelos de gestão privada cuja ênfase está nos resultados dos sistemas educativos. A ideologia da privatização conduz a alterações e mudanças no papel do Estado, não só no sentido de diminuir despesas, mas, também, induzindo a criação de mecanismos de controle e responsabilização. A avaliação, nessa perspectiva, aparece como pré-requisito para a aplicação desses mecanismos.

Por fim, nota-se ainda que, a UNESCO, defende a ideia de redução significativa, da autonomia da universidade, inserindo na internacionalização um ritmo intensificado de competição mercadológica entre as IES em nível global, ancorada nas avaliações externas com o propósito de superar a falta de qualidade no campo da educação.

Aprendizagem para todos: investir nos conhecimentos e competências das pessoas para promover o desenvolvimento (Banco Mundial, 2011).

Seguindo a mesma lógica perversa de intervenções nas políticas educacionais, mas com a máscara da benevolência, outro organismo multilateral que articula orientações de políticas em educação, bastante presente nos estudos que tratam das tendências de internacionalização na educação superior, é o Banco Mundial, que, fazendo uso de termos parecidos com os da UNESCO, define a internacionalização como uma estratégia para inserir os países nos quais atua, no contexto competitivo mundial no que tange ao ensino.

A partir dos anos 1980, o Banco Mundial tem sido o principal organismo internacional de financiamento para a educação na América Latina e, em especial, no Brasil. Neste, o sistema educacional está sob a égide das políticas setoriais estabelecidas pelo BIRD¹, que **prescrevem políticas, estratégias, programas e reformas a fim de consolidar a hegemonia ideológica, militar e financeira** comandada pelos Estados Unidos, ainda que confiando os governos latino-americanos à submissão e dependência sempre renovadas. (Silva, 2001, p.71, grifos nossos)

Esse papel de articulação política vem sendo desenvolvido por OM, especialmente pelo BM, em um contexto regulatório de inserção na educação superior do setor privado. Um dos documentos discutidos neste estudo é o *Aprendizagem para todos: investir nos conhecimentos e competências das pessoas para promover o desenvolvimento* (BANCO MUNDIAL, 2011)². Optou-se por analisar este documento por ser a estratégia do BM para área educacional de todo o decênio 2011 – 2020. Neste, mesmo não apresentando um discurso explícito sobre a internacionalização, percebe-se sua faceta na abordagem referente à educação superior conforme a exposição a seguir.

Neste documento, cumprindo seu papel de interventor, mas mascarado como um “benevolente investidor”, expressão usada pelos organizadores do documento para caracterizar a preocupação do Banco com uma educação igualitária entre as nações, o BM estabelece metas e estratégias para o setor da educação até o ano de 2020. De acordo com o documento, houve a necessidade, por parte do Banco, de planejamento de estratégias devido às diversas transformações da sociedade moderna. O foco maior dessas transformações, refere-se à evolução dos países de renda média, dentre eles China, Índia e Brasil, que aumentaram suas chances de competitividade no mercado mundial. Desta forma, a educação torna-se estratégia na medida em que prepara mão de obra capacitada para o mercado de trabalho.

Além disso, na elaboração do documento, o desenvolvimento tecnológico também é exposto, visto que, as novas tecnologias de informação e comunicação corroboram para a mudança de perfil e qualificação profissional acelerando a aprendizagem. Sendo assim, a elevação da taxa de desemprego entre os jovens, é reflexo de um sistema educacional ineficiente e que, por tais motivos, são necessárias novas estratégias para superar esse

¹ BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento, parte do grupo do Banco Mundial.

²No início da apresentação do documento, o Vice-Presidente da Rede de Desenvolvimento Humano do BM, TamarManuelyanAtinc, esclarece que as estratégias foram elaboradas a partir de consultas de âmbito mundial com governantes, parceiros de desenvolvimento, estudantes, professores, pesquisadores, sociedade civil e representantes de negócios de mais de 100 países (BANCO MUNDIAL, 2011). Ressaltamos que essa menção constitui um astucioso recurso argumentativo do Banco para convencer no discurso de ser um documento de cunho participativo e desta maneira demonstrar legitimidade social que na realidade não existe. .

déficit na educação.

Sem levantar quais são os motivos que causam os déficits em educação, já é eleita a estratégia de combate para superação de tal deficiência, objetivo primordial das atuações políticas do BM para os próximos dez anos, ou seja, garantir a aprendizagem para todos: “a garantia de que todas as crianças e jovens em seu percurso educativo [...] adquiram o conhecimento e as habilidades de que necessitam para terem vidas saudáveis, produtivas e obterem um emprego significativo. ” (BANCO MUNDIAL, 2011, s/p).

Expostas as justificativas apresentadas pelo documento, para recomendar reformas na educação dos países, já no sumário executivo, expõe ser a educação, algo fundamental para o desenvolvimento e o crescimento de uma nação, considerando o acesso a ela um direito humano e também um investimento necessário para o crescimento econômico:

A mente humana é que torna possíveis todos os outros resultados de desenvolvimento, desde os avanços na saúde e inovação agrícola à construção de infraestruturas e ao crescimento do sector privado. Para que os países em desenvolvimento tirem pleno partido destes benefícios – aprendendo com o manancial de ideias no nível global e através da inovação – é preciso que possam aproveitar o potencial da mente humana. E não há melhor ferramenta que a educação para o fazer. (BANCO MUNDIAL, 2011, p.1).

Salienta-se também, que a aprendizagem é o propósito universal a ser atingido, “dentro e fora da escola, desde o jardim-escola até ao mercado de trabalho” (BANCO MUNDIAL, 2011, p.1). Para que seja possível alcançar tal objetivo, o BM estabelece como estratégias reformar os sistemas de educação dos países sob sua “tutela” e a melhoria da qualidade na base de conhecimento nos processos de ensino aprendizagem. Na segunda estratégia estabelecida, no documento que trata da educação superior, pode-se articular a internacionalização, na medida em que ela é entendida pelo próprio OM, como uma estratégia possível de tornar a IES e o país competitiva globalmente. Com os artifícios apresentados como direções estratégicas de atuação, é possível perceber, ainda no início do documento, a escancarada intenção do Banco (guiada pela regulação de mercado), em consolidar o espírito mercantilista e desenvolver o setor privado para financiar a Educação.

Com a justificativa da necessidade, em elevar a qualidade da educação, acelerando a aprendizagem, o Banco enfatiza que a nova estratégia proposta neste documento, parte da premissa de que, ao longo das últimas duas décadas, houve uma grande evolução nas matrículas, na retenção escolar e na igualdade de gênero na escola. Todavia, de acordo com o documento, esses avanços não são suficientes perante os

desafios contemporâneos, e requerem do Banco e dos seus parceiros (países e setor privado), uma nova estratégia para a educação para a próxima década (2011-2020).

É importante destacar que, o termo “qualidade”, em educação é complexo, visto que o entendimento do que ela pode significar está relacionado ao contexto em que o termo é utilizado. A autora Morosini (2009), aborda que a concepção de qualidade depende a quem é dirigida e por quem é definida, afirmando que:

A expressão “qualidade em educação”, no marco dos sistemas educacionais, admite uma variedade de interpretações dependendo da concepção que se tenha sobre o que esses sistemas devem proporcionar à sociedade. Uma educação de qualidade pode significar tanto aquela que possibilita o domínio eficaz dos conteúdos previstos nos planos curriculares; como aquela que possibilita a aquisição de uma cultura científica ou literária. (MOROSINI, 2009, p.278).

Nesse contexto, melhorar a qualidade da educação, no entendimento do Banco, é necessário para o desenvolvimento econômico de um país, e com isso, justifica sua intervenção e recomendações de mudanças nos sistemas educacionais dos países em que atua. No documento, expressa-se que, qualidade em educação remete ao desenvolvimento econômico, e:

[...]os investimentos em educação de qualidade produzem crescimento econômico e desenvolvimento mais rápidos e sustentáveis. Indivíduos instruídos têm mais possibilidade de conseguir emprego, de receber salários mais altos e ter filhos mais saudáveis. Mas, embora os países em desenvolvimento tenham feito grandes avanços na última década em direção aos objetivos de Desenvolvimento do Milênio de educação primária universal e igualdade de gênero, um sem número de evidências demonstram que muitas crianças e jovens dos países em desenvolvimento saem da escola sem terem aprendido muito (BM,2011, p. 4).

Presume-se, a partir desta citação, que, para o BM o parâmetro de desenvolvimento de uma nação é apenas o seu crescimento econômico, onde um dos focos é a educação. Em outro momento, destaca-se que os programas de formação não se atem somente aos estudantes, mas se estendem também às famílias, aos formadores e empregadores.

Nesta passagem do documento, faz-se conexão com a internacionalização da educação superior, a medida em que as universidades, respondendo às demandas de visibilidade e competitividade global para conseguir financiamentos para pesquisas e bolsas de mobilidade para docentes e estudantes, seguem as recomendações dos OM na valorização de uma formação, voltada sobretudo à atividade produtiva.

Conectando essa ideia ao mencionado no documento como “oportunidades de aprendizagem”, a internacionalização é uma via para tal processo, e representa os interesses imediatos do capital, quando atende ao aprimoramento profissional requerido

pelas corporações internacionais.

Ao tratar da reforma do sistema educacional “para além dos recursos”, o documento, mascarando sua intervenção, menciona que a agenda de reformas, mesmo parecendo exigente, não ordena que se reformem todas as áreas da política ao mesmo tempo, e afirma que:

[...] o investimento em conhecimentos e em dados permitirá ao Banco e aos decisores políticos “analisar no nível global e agir no nível local” – ou seja, avaliar a qualidade e a eficácia de muitos domínios da política, mas concentrarem a ação em áreas onde os melhoramentos podem trazer uma maior recompensa em termos de resultados de escolaridade e aprendizagem. (BM, 2011, p. 6).

Sendo assim, percebe-se o estabelecimento de uma relação direta entre financiamento e resultados, em que o setor privado em educação ganha espaço de desenvolvimento/expansão dentro e fora do sistema educacional. Novamente as recomendações referem-se à internacionalização quando cita a questão de analisar em nível global e concentrar ações em nível local.

Articulado o exposto no documento com a internacionalização, ressalta-se, também, o contexto que foca a questão do reforço à base do conhecimento, onde o BM tenta demonstrar preocupação em “ajudar” a desenvolver uma base de conhecimentos de elevada qualidade. Surgem então, questões sobre como a estratégia apresentada pelo Banco, de investir em avaliações de sistemas, aferição de impactos e verificação da aprendizagem e de competências, que podem resultar em conhecimentos que crianças e jovens realmente necessitam, ou seja, o que está posto na verdade, “esconde” ou mascara a intenção do BM em orientar que os investimentos na educação devem ser para formar mão de obra para o mercado de trabalho.

De forma sutil, o BM vai apresentando suas determinações, e destaca que a abordagem ao sistema educacional pela avaliação, concentra-se em promover responsabilidade e melhoria nos resultados, que se estendem desde a avaliação dos estudantes e de professores, até a equidade e inclusão, educação terciária e desenvolvimento de competências, que tem relação direta com a internacionalização.

Associando o documento à temática da internacionalização nas IES, entende-se que o documento defende o investimento por parte do Estado na educação primária (crianças), abrindo espaço na educação superior para parcerias, entre o público e o privado para desenvolver a internacionalização.

Neste sentido, o Banco cita a necessidade de diversificar a oferta na educação superior, e que os recursos investidos neste segmento educacional devem ser limitados

por parte do Estado, usando o termo “provedores privados de educação”. O BM defende a ideia de as instituições privadas auxiliarem na gestão das instituições públicas, e, neste sentido, há uma flexibilização na relação estabelecida para com o Estado, onde as IES e o setor privado fixam contratos de prestação de serviços de consultorias, distribuição de livros e apostilas e, ainda, implantação de políticas educacionais articuladas.

Muito embora o documento do BM não seja um texto político e específico sobre educação superior, recomenda-se a elaboração de políticas educativas, que caracterizam esse organismo como um importante produtor de hegemonia discursiva mundial em questões econômicas, políticas, sociais e educacionais. É possível perceber o cenário de desenvolvimento das relações existentes entre educação e desenvolvimento econômico, que impactam o ensino, a pesquisa e a extensão nas IES, na qual a internacionalização se desenvolve. Vejamos as frentes de atuação do BM neste documento:

[...] O ponto essencial da estratégia para a educação do Grupo do Banco é: Investir cedo. Investir com inteligência. Investir em todos. Em primeiro lugar, as competências fundamentais adquiridas na infância tornam possível uma vida inteira de aprendizagem, pelo que a visão tradicional de começar a educação com a escola primária responde demasiado tarde ao desafio. Segundo, para obter o melhor valor por cada dólar aplicado na educação, é preciso fazer investimentos hábeis – aqueles que já provaram contribuir para a aprendizagem. Terceiro, aprendizagem para todos significa garantir que todos os estudantes e não só os mais privilegiados ou talentosos possam adquirir o saber e as competências de que necessitam. Para alcançar a aprendizagem para todos, o Grupo Banco Mundial canalizará os seus esforços para a educação em duas vias estratégicas: reformar os sistemas de educação no nível dos países e construir uma base de conhecimento de alta qualidade para reformas educacionais no nível global (BM, 2011, p. 4-5).

De acordo com os níveis de atuação do BM, “investir cedo” consiste no Estado concentrar recursos no desenvolvimento da educação primária. Já “investir com inteligência”, significa melhorar o sistema de gestão dos sistemas escolares, por meio de avaliações e acompanhamento de resultados. Entende-se que, segundo o documento, se começar pela escola primária já é tarde, a sugestão implícita é de que essa educação já deveria iniciar no primeiro contato com o ensino escolar. Por fim, “investir em todos”, se traduz em adoção de um currículo único, onde mascarado pelo discurso da diversidade, o BM expõe as competências a serem desenvolvidas e avaliadas de acordo com padrões internacionais. No Brasil, essa preocupação está implícita na Base Nacional Comum Curricular para a educação básica e na educação superior nas políticas de internacionalização.

No intuito de demonstrar um caráter humanitário, preocupado com situações educacionais, nas quais se aumentam desigualdades sociais, na página 9, o documento ressalta que, para a realização das estratégias orientadas, o Banco fornecerá apoio técnico e incentivará as parcerias estratégicas com o setor privado: “As reformas

requerem a adesão de um grupo vasto de interessados, entre os quais os professores têm um papel especial a desempenhar” (BM, 2011, p.9). Nesta parte, o documento deixa transparecer que os professores podem participar, porém não são eles os principais articuladores dessas mudanças.

Sobre o presente documento, nota-se que o Banco usa a afirmativa da necessidade de reformas nos sistemas educacionais em todas as instâncias, induzindo modos de pensar a partir de uma perspectiva internacional, seguindo padrões internacionais que servem de controle e regulação, principalmente na educação superior. Deste modo, entende-se que, a partir do cenário considerado pelo Banco e pelas justificativas apresentadas, fica evidente que o documento está inclinado a uma política de incentivo à expansão do ensino superior privado, onde a internacionalização torna-se uma ferramenta estratégica de competitividade e prestígio internacional.

Considerações Finais

No momento atual em que a educação serve para responder aos interesses do mercado em um processo de mercadorização do conhecimento, a área educacional apresenta-se como um serviço de elevada rentabilidade, e os documentos analisados mostram um movimento que apresenta um caráter humanitário, mas com a face do viés econômico atrelado.

Assim, refletir sobre a internacionalização da educação superior sob a perspectiva das concepções e recomendações internacionais para construções de políticas educacionais pode servir para instigar pesquisadores e estudiosos da área educacional, de modo que os mesmos ampliem e possam fornecer subsídios tanto teóricos quanto empíricos, que sejam possíveis servir de base para as políticas públicas no setor, não apenas para enquadrar a realidade educacional em seu modelo econômico capitalista, mas para a defesa da emancipação humana.

Referências

AFONSO, A. J. **Políticas educativas e avaliação educacional:** para uma análise sociológica da reforma em Portugal (1985 -1995) Minho: Centro de Estudos em Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 1998.

BANCO MUNDIAL. **Aprendizagem para todos. Estratégia 2020 para a Educação do Grupo Banco Mundial.** Resumo Executivo. Washington, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1996.

MOROSINI, M. C. Qualidade e Educação Superior: A norma de qualidade para a aprendizagem, educação e formação: ISO/IEC 19796-1. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 3, p. 277-285, set./dez. 2009.

STALLIVIERI, L. **Estratégias de internacionalização das universidades brasileiras**. Caxias do Sul: Educus, 2004.

SILVA, Maria Abádia da. **Intervenção e consentimento**: a política educacional do Banco Mundial. Campinas, SP: Autores Associados: São Paulo: Fapesp, 2002.

UNESCO. **Internacionalização da Educação Superior no Brasil**: relatório final / Rosa Elizabeth Acevedo Marin e Walterlina Brasil. – Belém: Associação de Universidades Amazônicas – UNAMAZ, 2004.